

Produção científica e “produtivismo”: há alguma luz no final do túnel?

Scientific publishing and “academic productivity”: is there any light at end of the tunnel?

La producción científica y el “productivismo académico”: ¿hay alguna luz al final del túnel?

Oswaldo Hajime Yamamoto, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, professor titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e representante da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço: UFRN – Campus Universitário – Caixa Postal 1622 – Lagoa Nova. CEP: 59078-970 – Natal, RN. E-mail: oswaldo.yamamoto@gmail.com.

Emmanuel Zagury Tourinho, doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, professor titular do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará e coordenador da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço: Rua Augusto Corrêa, 1 – Guamá. CEP: 66075-110 – Belém, PA. E-mail: eztourinho@gmail.com.

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília, professor titular de Psicologia Social das Organizações da Universidade Federal da Bahia e coordenador da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço: Av. Ademar de Barros, s/n, pav. 4 – Ondina. CEP: 40170-110 – Salvador, BA. E-mail: antoniovirgiliobastos@gmail.com.

Paulo Rogério Meira Menandro, doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, professor titular do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade

Federal do Espírito Santo e representante da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário – Goiabeiras. CEP: 29.075-910 – Vitória, ES. E-mail: paulomenandro@uol.com.br.

Resumo

O presente texto apresenta a estratégia desenvolvida pela área de Psicologia na Capes para avaliar a produção científica dos programas da área. A proposta consiste no estabelecimento de limites quantitativos de produção bibliográfica por programa, proporcionais ao número de docentes permanentes, de forma a permitir uma avaliação prioritariamente qualitativa da produção. O confronto dos indicadores das últimas avaliações trienais sugere, ainda que tendencialmente, a eficácia do procedimento. São discutidas as características e as limitações dessa estratégia para a avaliação da pós-graduação.

Palavras-chave: Produção Científica. Pós-Graduação. Avaliação.

Abstract

The paper presents the strategy developed by the Capes Psychology Committee to assess the scientific production of Graduate Programs. The proposal consists of establishing quantitative limits to each Program's bibliographic production, based on the number of its permanent faculty members, in order to favor a more qualitative assessment of these outcomes. The comparison of indicators of the last two Triennial Evaluations suggests, as a tendency, the effectiveness of the procedure. The characteristics and the limitations of this strategy for the evaluation of graduate Programs are discussed.

Keywords: Scientific Publishing. Graduate Programs. Evaluation.

Resumen

Este artículo presenta la estrategia desarrollada por el área de la Psicología de CAPES para evaluar la producción científica de los programas de posgrado. La propuesta consiste en establecer límites cuantitativos de la producción bibliográfica de cada programa, en función del número de profesores permanentes, para permitir una evaluación más cualitativa de la producción. Aunque tendencial, la comparación de los indicadores de las dos últimas evaluaciones trienales sugiere la eficacia del procedimiento. Se discuten las características y las limitaciones de esta estrategia para la evaluación de los programas de posgrado.

Palabras clave: Producción Científica. Posgrado. Evaluación.

“Nós, com o discurso da tecnologia, acreditamos [que] as máquinas nos ajudariam com o trabalho enfadonho, mecânico, nos poupando para que tivéssemos mais tempo livre. E o que aconteceu foi o oposto, as máquinas é que imprimiram ao mundo o tempo delas”
(Ana Maria Caetano de Faria, História falada..., 2006)

1. Introdução

O sistema de ensino pós-graduado é considerado pela comunidade acadêmica como uma das mais bem sucedidas experiências educacionais no Brasil. Essa apreciação, quase unânime, diz respeito não somente ao seu crescimento exponencial nesses 40 anos de institucionalização, mas, sobretudo, à qualidade alcançada pelos programas que fazem parte do que hoje é conhecido como o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Além do financiamento necessário para a viabilização do sistema, ainda hoje basicamente público, assumido pelas agências de fomento, a qualidade da pós-graduação é, em grande medida, resultado do sistema de acompanhamento e avaliação implantado pela Capes em 1976, seguindo as orientações emanadas pelo I Plano Nacional de

Pós-Graduação – PNPG (1975-1979). Com o II PNPG, que vigorou entre os anos de 1982-1985, a ênfase na qualidade do sistema repercutiu diretamente no aperfeiçoamento do sistema de avaliação, com a criação de comissões de especialistas, o aprimoramento dos formulários, as visitas *in loco*, entre outras medidas. Com o III PNPG (1986-1989), vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República e à sua meta de conquista de autonomia nacional em ciência e tecnologia, a centralidade da docência, presente nos planos anteriores, é deslocada para a pesquisa e, conseqüentemente, para a produção de conhecimento (KUENZER; MORAES, 2005).

Tal deslocamento – e a conseqüente ênfase na produção científica como importante indicador de êxito da pós-graduação – refletiu, de forma cada vez mais forte, no processo de avaliação dos programas, especialmente nas três últimas avaliações trienais. É exatamente no sistema de avaliação desenvolvido pela Capes, especialmente nessa sua ênfase mais recente na produção científica, que reside o núcleo da crítica à pós-graduação brasileira atual, inclusive por parte de alguns de seus docentes e discentes de programas bem ou mal avaliados. Tais críticas vão desde a sobrecarga e intensificação do trabalho e de seus subprodutos em termos da saúde e do bem-estar dos docentes até o questionamento de um possível abandono da formação de docentes, o que implicaria maior atenção ao desenvolvimento de competências que os habilitem a ser bons professores dos cursos de graduação.

A importância da produção científica na avaliação da pós-graduação é um fato reconhecido, já que não se questionam a produção científica e a formação de pesquisadores como missões legítimas do sistema de pós-graduação. Na área da Psicologia, por exemplo, já em 1998, Macedo e Menandro (1998) afirmavam que se tratava do item com maior peso nas decisões sobre a avaliação dos programas de pós-graduação. O reconhecimento do peso talvez desproporcional da produção científica, inclusive, levou a Capes, no triênio 2004-2006, a alterar as ponderações dos diversos elementos da avaliação, indicando a equiparação dos quesitos referentes à formação (corpo docente, teses e dissertações) e à produção científica que, combinados, deveriam responder por 70% da avaliação final¹.

É conveniente destacar que a importância da produção de conhecimento nunca esteve em questão. De fato, é consenso que produzir conhecimento é responsabilidade dos pesquisadores e que formar bons pesquisadores requer uma atuação regular em pesquisa. Considerando que a quase totalidade das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação é viabilizada por fundos públicos, para além da necessidade de disseminar o conhecimento e validar a sua qualidade por meio da apreciação pelos pares, pesquisar e publicar seus resultados faz parte do compromisso social do pesquisador. Não se questiona, igualmente, a exigência de que um corpo docente qualificado, responsável pela formação de docentes e pesquisadores de alto nível, objetivo do sistema de pós-graduação, deva não somente ser capaz de transmitir, mas também de produzir conhecimento.

Mais do que a negação da necessidade de considerar a produção científica na avaliação da pós-graduação, portanto, a insatisfação parece residir na forma como ela é conduzida, que levaria a uma escalada da produção, processo que comumente é denominado de “produtivismo”. A crítica, com diferentes matizes e níveis de fundamentação, refere-se à adoção de parâmetros eminentemente quantitativos que privilegiaria o quanto o pesquisador publica em detrimento da qualidade ou do benefício acadêmico ou social (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2009).

Em algumas versões, a referida crítica coloca em questão os critérios adotados no sistema de classificação Qualis para os periódicosⁱⁱ. Esse último aspecto da crítica já foi amplamente abordado¹ e não será objeto de tratamento mais detido no presente texto, embora, incidentalmente, a avaliação dos veículos seja abordada mais adiante. Merece registro, por ora, apenas o fato de que, paradoxalmente, o Qualis foi instituído na década de 1990 do século passado exatamente para tornar possível a ponderação da qualidade das publicações, conferindo à avaliação da produção bibliográfica dos programas um caráter quali-quantitativo. Mas o aspecto que nos toca aqui é o primeiro, relativo à sobrevalorização da quantidade de publicações em detrimento de sua relevância ou benefício acadêmico e social.

A crítica à “escalada produtivista”, é importante assinalar, não se dirige exclusivamente à Capes e ao seu sistema de avaliação. Trata-

¹ Uma síntese das manifestações da comunidade científica pode ser encontrada em Rocha-e-Silva, 2009.

se, em verdade, de um fenômeno muito mais amplo, que extrapola mesmo o âmbito nacional, como testemunha Waters (2006), antigo editor da *Harvard University Press*, para quem a demanda pelo aumento da produtividade associa-se ao esvaziamento, nas publicações, de qualquer significado que não seja o de “gerar números”. E acrescenta que experimentamos “uma crise generalizada das avaliações, que resulta de expectativas não razoáveis sobre quantos textos um estudioso deve publicar”, processo que leva as boas publicações a se perderem em meio a produções de menor expressão (WATERS, 2006, p. 25).

A pressão pela produção certamente está presente cotidianamente entre aqueles que fazem parte (ou almejam fazer parte) do conjunto dos pesquisadores de alguma forma apoiados pelas agências de fomento, nacionais ou estaduais. E, para além, a qualificação da produção é um elemento sempre presente nos próprios mecanismos internos de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) para finalidades as mais diversas, tais como os concursos e os editais internos para fomento ou distribuição de bolsas, para mencionar alguns exemplos. O apelo a uma reflexão sobre a situação do mundo acadêmico, que faz Castro (2010) com muita lucidez, não pode ser negligenciado, tal é o nível de administração do nosso cotidiano que a pressão pela produção exerce.

Por ocasião de entrevista que concedeu à Sociedade Brasileira de Imunologia, o renomado pesquisador Nelson Monteiro Vaz menciona um aspecto relacionado ao tema tratado nos parágrafos anteriores, e que é intrínseco à própria discussão sobre a ciência, ao dizer que,

atualmente, a procura por explicações está atravessando um momento mínimo enquanto que a procura de resultados é maximizada. Os critérios de qualidade são muito precários, tudo é a curto prazo, o aumento da velocidade das informações e a superficialidade. [...] A eficácia pode ser importante, mas eu sou a favor da abrangência e não dá pra ter abrangência e eficácia ao mesmo tempo. É preciso haver um balanço entre eficácia e o nível de abrangência que queremos. [...] Na verdade, o cientista, nessa pressa toda que nos avassalou, corre o risco de ser completamente ignorante do mundo que o cerca (TRECHO, 2006).

Do ponto de vista da articulação de quantidade e qualidade, a pressão pela produção tem promovido distorções, como o fracionamento de trabalhos, a redundância dos produtos e a multiplicação de itens publicados, sem que, necessariamente, representem efetivas contribuições no que diz respeito à relevância científica ou social. Os processos de avaliação conduzidos pelas agências de fomento reconhecem a impropriedade dessas estratégias e de seus produtos, mas não raro encontram dificuldades para identificá-la e evitar que interfira com sua aferição da produtividade. Como resultado, resta sempre a desconfiança de que a avaliação pode ter favorecido indevidamente certos atores no sistema (aqueles com maior número de itens publicados), inibindo o necessário processo de qualificação da produção científica e tecnológica.

Portanto, mesmo relativizando o papel da avaliação da pós-graduação no “produtivismo desenfreado”, como sugerem Macedo e Sousa (2010) ao analisarem a área da Educação, é impossível negar a parcela de responsabilidade da política científica em curso, em especial, das agências de fomento, nesse processo.

As menções à preocupação com as atuais exigências quanto à produção dos programas de pós-graduação, apontadas como sendo, ao mesmo tempo, excessivas em termos da sobrecarga de trabalho para os envolvidos e contraproducentes quanto à sua capacidade de assegurar elevação da qualidade do que é produzido, deixam claro que a questão não é apenas nacional, nem se restringe a uma ou outra área, mas é geral. Há alguns aspectos relacionados ao assunto, entretanto, que têm sido pouco abordados. Considera-se importante registrá-los aqui como contribuição ao debate, sem preocupação de se estender em sua discussão, uma vez que é outro o objetivo do presente texto.

A atividade avaliativa desenvolvida pelas várias comissões de área na Capes e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é apresentada por muitos de seus críticos como irrefletida e deliberadamente equivocada, como se tais comissões compostas por docentes/pesquisadores tivessem como objetivo a automutilação e a criação de obstáculos intransponíveis para si mesmos.

Em alguns casos, apresenta-se um quadro caricatural, em que todas as imperfeições (que existem, de fato, não se trata de negação) são acentuadas ao ponto da deformação, e a partir daí se prega a necessidade de mudanças radicais em relação à opção pelo “produtivismo”, que é dado, então, como opção já decidida e consolidada.

Além disso, estão disponíveis reflexões com críticas pertinentes que abordam a questão de forma mais abrangente, algumas das quais expressas em textos que são citados no presente trabalho. Além de reflexões independentes produzidas por iniciativa individual de pesquisadores, e daqueles casos de material induzido por debates promovidos por associações científicas e por entidades sindicais, é importante ressaltar que em todas as comissões de avaliação, assim como nos conselhos superiores dos órgãos envolvidos, é permanente a discussão sobre equívocos, distorções, acertos e adequada apreensão da diversidade das áreas.

Isso quer dizer que a própria comunidade acadêmica detém todos os elementos necessários para aprimorar a crítica e propor mudanças e aperfeiçoamentos. É necessário ressaltar que isso se dá, inclusive, porque as informações indispensáveis ao acompanhamento e ao exame de todo o processo avaliativo estão disponíveis a todos os interessados. Não é irrelevante lembrar aqui que houve aumento expressivo de recursos públicos empregados em ciência e tecnologia nos últimos dois triênios. Acredita-se que ninguém advogue, hoje, a adoção de política de nada avaliar e de nada prestar contas à população. Não é difícil perceber que a inexistência de avaliação cristalizaria eternamente o quadro atual, fechando portas para todas as novas experiências em pós-graduação e em pesquisa que venham a surgir.

Algumas vezes, as críticas ao que é apontado como exigência exorbitante de produção aparecem associadas à preocupação – justificada – com a saúde dos envolvidos no sistema de pós-graduação. É preciso estar atento, entretanto, ao fato de que cresceu muito o volume de inúmeros outros afazeres acadêmicos que se somam às atividades próprias da pesquisa, tais como: orientações na graduação e na pós-graduação; formulação de pareceres para Capes, CNPq, fundações

estaduais de amparo à pesquisa e outros órgãos governamentais; comitês de ética em pesquisa; programas institucionais de iniciação científica; avaliações de artigos para periódicos e de livros para editoras; composição de bancas examinadoras; participação em comissões institucionais em vários níveis institucionais; organização de processos de progressão funcional; confecção de relatórios diversos, inclusive relatórios financeiros; atualização de currículo na plataforma Lattes; entre outras. Além disso, muitas outras atividades cotidianas, como o próprio deslocamento entre residência, universidade e locais de coleta de dados, passaram a demandar muito mais tempo do que exigiam há poucos anos. É fácil perceber que todos esses exemplos têm implicação em termos do controle do indivíduo sobre seu próprio trabalho (e sobre seus fins de semana!). Considerados todos esses aspectos, fica evidente que as exigências de produção, e o “produtivismo” resultante, não constituem, necessariamente, o problema central, mas sim sua face mais à mostra, pelo impacto mais visível sobre as avaliações de desempenho do pesquisador e do programa de pós-graduação.

Apresentadas essas digressões, retoma-se o fato de que a questão da escalada quantitativa da produção – e a responsabilidade dela decorrente – tem merecido a atenção das coordenações de área da Psicologia na Capes nos últimos triênios. Nos triênios correspondentes à atuação das duas últimas coordenações (2005-2007 e 2008-2010), a área da Psicologia desenvolveu uma estratégia para a avaliação da produção científica que foi incorporada à avaliação dos programas de pós-graduação para fazer face à questão acima delineada.

A intenção das comissões de avaliação ao desenvolver os procedimentos que apresentaremos na sequência foi dupla: de uma parte, sinalizar para a área que é necessário estabelecer limites para o que Netto (2010) denomina com muita propriedade de “fordismo acadêmico”; de outra, buscar construir uma estratégia de avaliação que promova o avanço qualitativo da produção dos programas.

O objetivo do presente trabalho é apresentar e discutir essa proposta desenvolvida pela área da Psicologia.

2. A “Tabela de Melhor Produção”²: a proposta da Psicologia

A proposta desenvolvida pela área da Psicologia consiste no estabelecimento de um limite dentro do qual os indicadores quantitativos têm importância para a avaliação da produção bibliográfica dos docentes e discentes do sistema de pós-graduação e a partir do qual apenas a qualidade da produção pode impactar os indicadores dos programas. Ele se traduziu no desenvolvimento da Tabela de Melhor Produção (TMP), elaborada pela primeira vez para a Avaliação Trienal 2007 e novamente empregada na avaliação de 2010.

A TMP se constitui, basicamente, da seleção das produções mais bem avaliadas do programa e da geração de um indicador correspondente. Para isso, parte-se da definição de um limite (“teto”) da quantidade de itens publicados a serem considerados para cada programa, com base no número de docentes permanentes. Definido esse limite e aferida a qualidade de todos os itens publicados pelo programa, consideram-se aqueles mais bem avaliados e apura-se a média de pontos por docente permanente. Assim é gerado o que a área denomina de indicador de “Itens Qualificados por Docente Ano”.

A TMP apresenta, portanto, os indicadores hierarquizados de cada programa que faz parte do sistema, considerando a produção de docentes e discentes entre os itens mais bem avaliados. Nas avaliações trienais de 2007 e 2010, o processo de construção da tabela se iniciou com o levantamento de toda a produção de cada programa. Em uma segunda etapa, essa produção foi avaliada e ponderada, multiplicando-se cada item pelo valor correspondente das tabelas para a avaliação de artigos e de livros, capítulos e trabalhos completos em anais (isto é, os pesos correspondentes às classificações no Qualis de Periódicos e no Sistema de Avaliação de Livros). Na terceira etapa da lista de produções do programa, selecionaram-se os itens mais bem avaliados, em número correspondente a quatro itens/docente/ano³. Por exemplo, para um programa com 10 docentes, foram levados em conta, no triênio, os 120 itens mais bem avaliados (10x4x3). A média desses itens ponderados constitui o índice final alcançado pelo programa.

² O texto que se segue está baseado em documentos produzidos pela área nos dois últimos triênios, em especial, Tourinho e Bastos (2010).

³ A definição de quatro produções como referência foi experimental, baseada na média de itens de produção por docente/ano no triênio 2002-2004 (anos base 2001-2003), que foi de 2,85 (incluindo artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos em anais).

Com relação à construção da TMP, é importante observar que:

- 1) O número de docentes permanentes definiu a quantidade de itens considerados para a composição do indicador do programa, embora esses itens incluíssem publicações de docentes e de discentes (em coautoria ou não com docentes);
- 2) Quatro produções por docente/ano não significa nem uma exigência de produção, tampouco um patamar a ser alcançado, mas tão somente uma referência para a produção do programa como um todo considerada para efeito de avaliação;
- 3) A referência de quatro produções por docente/ano não significa que somente quatro produções de cada docente foram consideradas. As produções mais qualificadas, independentemente da autoria, foram selecionadas para efeito de avaliação, dentro do teto de itens considerados;
- 4) Na composição da primeira lista de produção do programa, portanto, foram computados todos os artigos, livros e capítulos. Essa lista foi, então, hierarquizada com base na ponderação dos itens. Para essa lista final, não houve um limite para qualquer categoria de publicação. Isto é, compuseram a TMP do programa os itens mais bem avaliados, independentemente do tipo de publicação e da autoria; e
- 5) A ponderação das publicações sob a forma de artigos e de livros e capítulos seguiu o estabelecido para o Qualis de Periódicos e para o Sistema de Avaliação de Livros.

Conforme o que foi afirmado na segunda observação acima, a sinalização pretendida para a área era de que seria preferível o programa concentrar seus esforços na publicação de um número menor de itens qualificados, dentro do limite estabelecido, e não na simples multiplicação dos produtos, eventualmente com menor qualidade. Ao mesmo tempo, o procedimento empregado garantia que as produções de maior qualificação de cada docente acima do limite individual seriam levadas em consideração na avaliação, respeitado o teto do programa.

Consideremos alguns exemplos fictícios a título de ilustração. O programa A, com 10 docentes no seu núcleo permanente, teria o teto

trienal de 120 produções. Imaginemos que a sua produção total tenha sido de 140 itens. Nesse caso, seriam desprezadas 20 produções, as de menor avaliação no Qualis, no caso de artigo em periódicos, ou no Sistema de Avaliação de Livros, no caso de livros ou capítulos. Nesse conjunto de 120 produções, é possível que o docente fictício 1 tenha colaborado com seis produtos (por serem de melhor avaliação) e o docente 2 tenha apenas duas produções contabilizadas. As demais produções que, porventura, o docente 2 tenha, não farão parte do rol de publicações consideradas para a avaliação do programa. Em uma segunda hipótese, imaginemos que o total de produções desse programa tenha sido de 100. Nesse caso, toda a produção dos docentes seria considerada, independentemente da avaliação de qualidade.

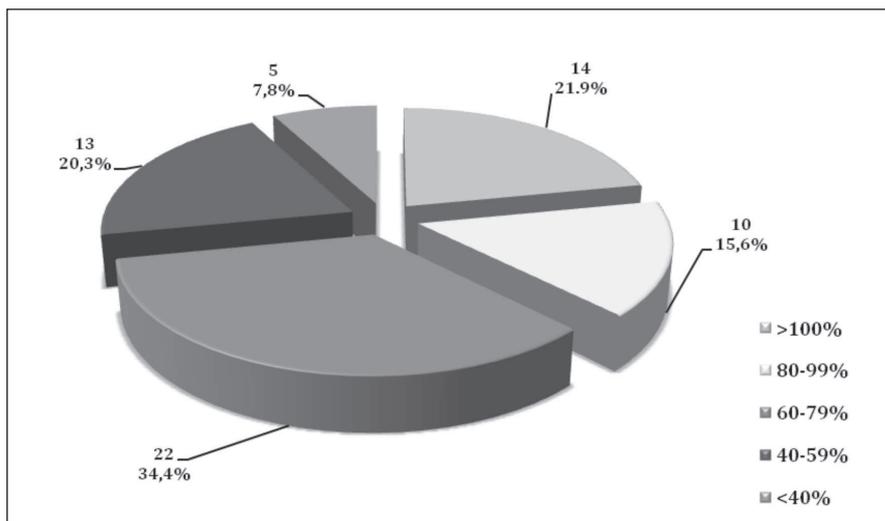
É importante salientar que se trata de uma avaliação que se articula com outros aspectos da produção dos programas. Um dos indicadores adicionais diz respeito à dependência do programa com relação à produção qualificada de um núcleo reduzido de docentes. Ou seja, embora possam ser contabilizados mais de quatro itens de alguns docentes, a excessiva concentração dos itens de melhor qualificação em poucos docentes pode prejudicar o programa na avaliação global de sua produção.

É possível fazer um exercício que permita que o número referência de quatro itens de produção anual por docente permanente seja visto de uma perspectiva alternativa, interessante de se ressaltar. Caso a base de cálculo inclua os mestrados e doutorandos que se titulam anualmente – um número que, na área da Psicologia, corresponde ao dobro do número de docentes orientadores –, o valor de quatro itens/docente/ano pode ser visto como 1,33 itens/docente + titulado/ano.

3. A TMP e as avaliações trienais da Psicologia

O procedimento definido acima foi empregado nas avaliações trienais de 2007 e 2010, resultando em um dos indicadores mais importantes da produção científica. Embora haja necessidade de aprimoramento da proposta e de tempo para verificar o seu impacto, alguns resultados podem ser observados.

O exame dos resultados da produção científica dos programas na avaliação trienal de 2010 mostra a forma como a TMP foi empregada e seu impacto em dois importantes indicadores de avaliação da produção científica. A Figura 1 apresenta a distribuição dos programas por níveis, segundo se aproximaram do teto previsto pela TMP ou superaram-no.



Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

Figura 1. Distribuição de programas por níveis de produção, considerando o teto estabelecido pela TMP

Dos 64 programas avaliados em 2010, apenas 14 (aproximadamente 22%) ultrapassaram o teto previsto. Dois desses programas apresentaram um quantitativo que supera o teto em cerca de 70%, embora a maioria o tenha ultrapassado com percentuais bem mais modestos. Há que se destacar, no entanto, que, para 78% dos casos, o teto ainda é um limite não atingido, mostrando que o patamar, apesar do crescimento da produção, ainda é adequado. Nesse caso, encontram-se 10 programas que estiveram bem mais próximos de atingir o teto, com percentuais iguais ou superiores a 80%. Além disso, o maior número de programas (22) encontra-se no patamar de uma produção que representa entre 60 e 79% do teto previsto, existindo, ainda, um pequeno grupo que está bem distante do teto definido pela TMP.

Ao se considerar o teto estabelecido pela TMP, dois indicadores importantes da avaliação da produção de cada programa sofrem importante alteração na direção de a dimensão qualitativa passar a ter um peso mais expressivo do que a dimensão quantitativa. A Tabela 1 compara os programas que superaram ou não o teto de produção, o que altera no escore médio dos itens produzidos e na medida mais geral de produtividade do programa (itens qualificados por docente permanente/ano) no grupo que produz “em excesso” (para além do teto previsto).

Tabela 1. Indicadores de qualidade dos itens produzidos pelos programas que ultrapassaram o teto da TMP, comparativamente aos demais programas

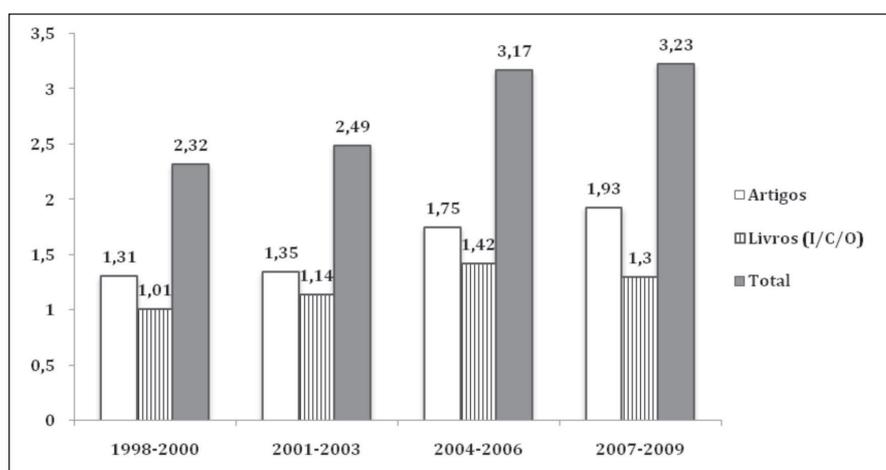
Nível Produção, Com Teto da TMP	Qualificação Média dos Itens sem Teto	Qualificação Média dos Itens com Teto	Itens Qualificados por DOC/Ano sem Teto	Itens Qualificados por DOC/Ano com Teto
>100% (n=14)	49,75	56,94	262,83	226,84
<100% (n=50)	47,13	47,13	124,15	124,15

Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

Quando se consideram todos os itens produzidos, a qualidade média dos itens não se diferencia fortemente entre os programas mais produtivos (que superaram o teto) e os demais. Os valores são respectivamente 49,75 e 47,13 (em uma escala em que o máximo é 100 e equivale a um artigo A1). Com a eliminação dos itens que excedem o teto, a qualificação média dos itens aumenta para 56,94, ampliando a diferença na qualidade, em certa medida prejudicada pela quantidade de itens menos qualificados. Esse resultado, por si só, indica que o uso da TMP fornece um claro indicador para os programas da área da necessidade de investir em melhores publicações em vez de na simples ampliação da quantidade de itens produzidos. Se, por um lado, a exclusão de itens em excesso dá maior destaque à qualidade dos itens, por outro lado, ela reduz a contribuição média de cada docente permanente/ano. Como se vê na Tabela 1, a contribuição média dos docentes permanentes cai de 262,83 para 226,84 no grupo dos 14 programas que ultrapassaram o teto. Essa alteração nesse indicador mais central na avaliação sinaliza, uma vez mais, que não vale a pena investir simplesmente na quantidade de itens.

Um dos objetivos da adoção da TMP era sinalizar para a área a necessidade de controle da escalada da produção, na direção de uma produção de melhor qualidade. É necessário, portanto, confrontar os dados referentes à produção da área nos últimos triênios.

A Figura 2 apresenta a evolução da produção científica (artigos, livros e capítulos de livros) bruta, isto é, ainda sem a avaliação de qualidade dos programas da área nos últimos quatro triênios para aferir o ritmo de crescimento das publicações da área:



Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

Figura 2. Evolução da produção científica da área da Psicologia nos últimos quatro triênios

A tendência de crescimento da produção científica da área é clara nos três primeiros triênios considerados, tanto no que diz respeito aos artigos quanto aos livros (integrais, capítulos ou organização). No entanto, é possível observar que há um decréscimo no ritmo de crescimento no último triênio em relação ao anterior. Enquanto no triênio 2004-2006 a produção cresceu 27% em relação ao triênio anterior, no último triênio, o crescimento foi de apenas 2%. Ainda é cedo para dizer que essa estabilidade quantitativa vem sendo acompanhada de um incremento na qualidade da produção, mas há alguns indicadores que sinalizam essa direção:

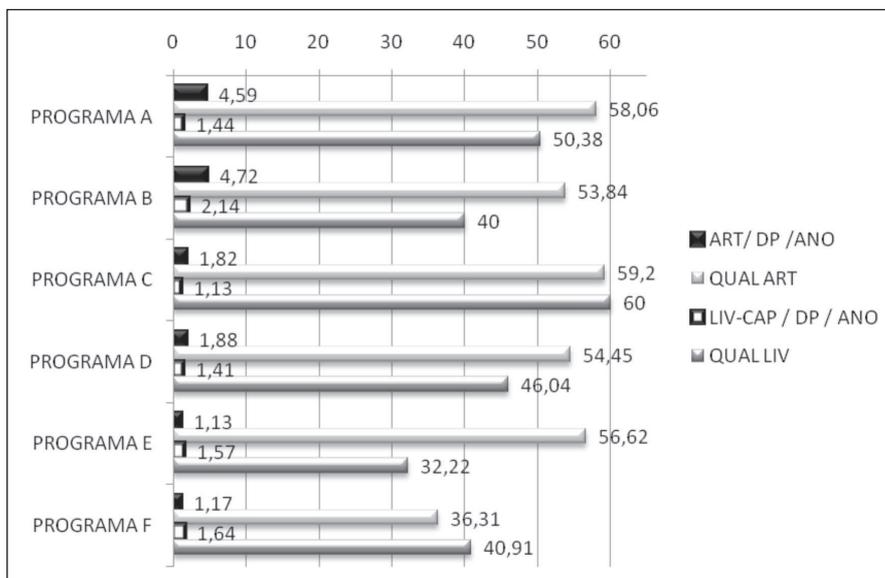
- a) embora a média de itens por docente/ano tenha ficado estável, o perfil da produção mudou, na direção de uma maior

- proporção de itens publicados sob a forma de artigo, produção sempre arbitrada. No triênio 2004–2006, 55% da produção da área era sob a forma de artigos, percentual estável em relação aos dois triênios anteriores. No triênio 2007–2009, esse percentual subiu para 60%, após estabilidade ao longo de três triênios;
- b) no triênio 2007–2009, o valor médio dos artigos na área (55,08 pontos) foi superior ao valor médio de livros e capítulos (47,31), indicando que a maior proporção de artigos de fato representa maior qualificação da produção;
 - c) a produção sob a forma de livros e capítulos também começa a ter um perfil diferente. Por exemplo, no triênio 2007–2009, 11,6% dos itens nessa categoria consistiram de publicações em língua estrangeira; e
 - d) a proporção de programas com o conceito “muito bom” no quesito Produção Intelectual da Ficha de Avaliação cresceu de 26% (14/53), na Trienal 2007, para 39% (25/64) na Trienal 2010.

Portanto, a tendência à estabilidade dos dados referentes à produção da área após a sinalização de que a TMP estaria sendo utilizada, embora o lapso de tempo ainda seja muito reduzido para conclusões mais confiáveis, pode ser uma indicação de um início do processo de controle da escalada da produção na área da Psicologia.

Mas o que acontece com os dados caso seja considerada a qualidade da produção?

A Figura 3 apresenta dados comparativos reais da Avaliação Trienal de 2010 de seis programas da área, com os índices quantitativos de artigos e de capítulos por docente permanente e os respectivos escores médios dos dois tipos de produção.



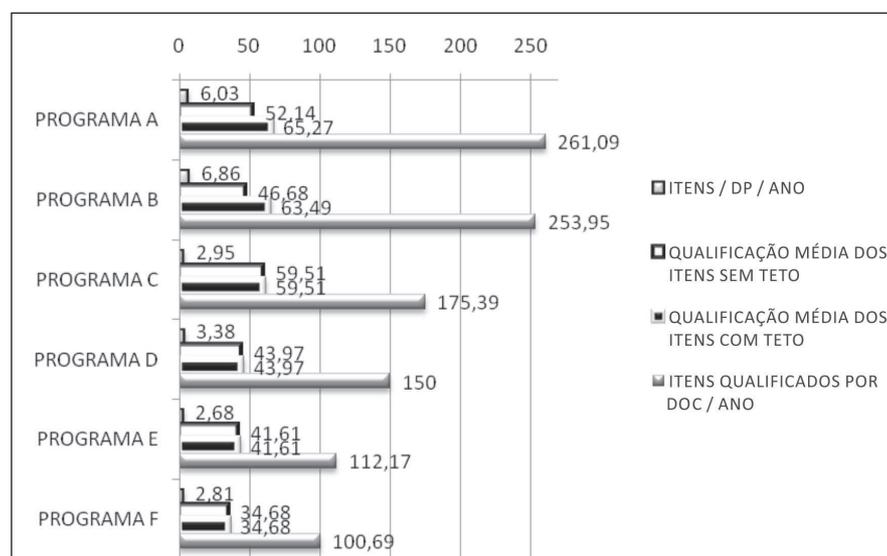
Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

Figura 3. Comparativo da produção científica qualificada (artigos e livros/capítulos) e produção docente anual média de seis programas da área da Psicologia na Avaliação Trienal 2010

Os seis programas selecionados podem ser agrupados em três níveis de produtividade, considerando apenas a dimensão quantitativa. Os programas A e B estão entre os mais produtivos da área e ambos superaram o teto estabelecido. Os programas C e D apresentaram uma produtividade apenas média do ponto de vista quantitativo, mas a introdução do critério de qualidade os diferencia bastante. Observe-se que o programa C, com indicadores quantitativos próximos à metade daqueles apresentados pelos programas A e B, apresenta valores médios dos itens superiores a esses dois programas, o que irá se refletir no seu escore geral de produtividade. Da mesma forma, o desempenho qualitativo permite diferenciar bem o desempenho dos programas C e D, ambos na mesma faixa quantitativa de produção. O mesmo acontece entre os programas E e F. Os programas E e F encontram-se entre os menos produtivos da área. Ao se agregar a avaliação qualitativa, níveis próximos em termos quantitativos são diferenciados mais efetivamente. Nos três grupos de programas, com indicadores quantitativos muito próximos dentro de cada grupo, a avaliação qualitativa tanto dos artigos quanto dos livros e capítulos permite importantes diferenciações nos

seus desempenhos. Observe-se que são os itens qualificados, e não apenas o seu quantitativo, que irão integrar o indicador geral de produção dos programas, que incorpora, portanto, as diferenças na qualidade, como se verá na Figura 4.

A Figura 4 apresenta dados dos mesmos programas após a introdução do teto pela TMP, com a comparação da média de itens publicados por docente permanente/ano, da qualidade média dos itens sem teto e com teto e do indicador principal da contribuição média anual de cada docente permanente. Nessa Figura, é possível observar com clareza a incidência conjunta da avaliação de qualidade de artigos e livros/capítulos e da TMP sobre o desempenho geral dos programas.



Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

Figura 4. Comparativo da produção científica qualificada (total de itens), da qualificação média total com e sem teto pela TMP e da produção docente total anual média de seis programas da área da Psicologia na Avaliação Trienal 2010

Nos resultados expressos na Figura 4, pode-se perceber claramente o impacto da avaliação qualitativa da produção no escore geral de produtividade dos programas. Observe-se, novamente, o desempenho do programa C que, apesar de quantitativamente estar mais próximo dos programas D e F, apresenta escore de itens

qualificados por docente permanente/ano bem superior (175,39) aos dos outros dois. Outra comparação importante pode ser feita entre os resultados dos programas A e B. O primeiro tem um indicador quantitativo inferior ao segundo, no entanto, seu indicador final de produtividade supera o segundo (261,09 a 253,95). Esses resultados, que poderiam ser observados em vários outros exemplos no conjunto dos 64 programas da área, sinalizam com clareza como o investimento em qualidade da produção, desde que atingido um patamar quantitativo médio, se traduz em melhor desempenho do que a ampliação indefinida da quantidade de itens.

Embora ressaltando o fato de que estão em jogo dados de apenas um triênio, parece inegável que tanto os procedimentos referentes à qualificação dos itens quanto o estabelecimento do teto pela TMP impacta decisivamente a avaliação da produção científica da área.

Finalmente, outro dado a ser destacado diz respeito ao fato de que, mesmo para os programas com melhor avaliação, inclusive com um total de itens publicados que ultrapassa em muito a TMP, há espaço considerável para o avanço qualitativo da produção intelectual dos programas de Psicologia. Nos programas nota 5, a pontuação média por docente permanente ficou em 189 dos 400 pontos possíveis; já nos programas 6 e 7, essa pontuação média subiu para 244, atestando a melhor qualidade da produção, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de avanço.

4. Afinal, há luz no final do túnel?

As questões referentes à produção científica, em especial, a escalada quantitativa e a dificuldade na aferição da qualidade, são por demais complexas para serem equacionadas de maneira simples. De fato, como afirmava Waters (2006), a crise é generalizada. No entanto, a despeito dos evidentes limites para abordar esse problema, as coordenações da área da Psicologia da Capes entendiam que havia necessidade de colocar em ação procedimentos que caminhassem para

a qualificação da produção e o controle da explosão da sua quantidade, sob pena de colocar em risco a decantada qualidade do sistema de pós-graduação da área.

A adoção da TMP é uma tentativa de caminhar nessa direção. Os dados que apresentamos estão longe de indicar de maneira sólida uma mudança nesse quadro, mas entendemos que são promissores. Eles representam uma política concreta de avaliação na contramão da multiplicação artificial dos números de produção e, desse modo, contrariam claramente a chamada “lógica produtivista”.

Dentre as limitações que ainda requerem atenção no uso da TMP, observamos:

- a) ela está baseada em um processo de qualificação da produção, com o sistema Qualis, que ainda precisa ser aperfeiçoado. A área de Psicologia não adotou o fator de impacto como referência para a definição dos estratos do Qualis, portanto, não é alcançada pelas críticas a esse tipo de decisão. No lugar disso, decidiu levar em conta a extensão e qualidade da comunidade científica com a qual o pesquisador interage ao publicar em determinada revista e aferiu indiretamente essa qualidade pelas indexações. Essa decisão representou um avanço em relação aos critérios anteriores, que foram importantes em dado momento, mas já não diferenciavam suficientemente as revistas. Mas não foi suficiente ainda para oferecer uma referência inequívoca da qualidade diferenciada das revistas. A área da Psicologia, em caráter pioneiro, também desenvolveu uma estratégia para avaliar, por meio de indicadores indiretos, a qualidade dos livros e capítulos produzidos. Os resultados sinalizam que o procedimento adotado produz uma diferenciação efetiva da qualidade dessa produção, cuja dimensão não é desprezível na área. No entanto, também no que concerne à avaliação dos livros, o uso de apenas quatro estratos, dentre outras limitações, mostrou-se insuficiente para diferenciar suficientemente a qualidade das publicações;

- b) O teto de quatro itens por docente/ano foi definido pela área, na Trienal de 2007, em caráter experimental e assim permaneceu na Trienal 2010. Ainda falta uma avaliação, que as comissões de avaliação não tiveram a oportunidade de realizar, sobre a adequação desse teto. No entanto, o dado de que aproximadamente 80% dos programas não atingiram o teto estabelecido aponta na direção de que ele ainda deva ser mantido por mais um período, enquanto se acompanha o ritmo de produção e de sua qualificação; e
- c) A TMP não leva em conta os perfis de produção diferenciados de cada subárea da Psicologia. Seus resultados, portanto, precisam ainda ser ponderados com respeito a esse aspecto, sob pena de seus indicadores privilegiarem características de algumas subáreas.

Duas conclusões, ainda que provisórias, podem ser extraídas da adoção da TMP. Em primeiro lugar, que há possibilidade de sinalizar claramente para a área a necessidade de priorizar a qualidade dos itens, o que pode levar a frear a aceleração da produção. A interpretação (otimista) é que a área respondeu positivamente à sinalização feita pela coordenação da área. Em segundo, que a crítica de que a avaliação da produção conduzida pela Capes é meramente quantitativa, ao menos no caso da Psicologia, não procede. Pelo contrário, as classificações de periódicos pelo Qualis e pelo Sistema de Avaliação de Livros, associadas à utilização da TMP, indicam que a qualidade das produções permite distinguir os programas, enfim, objetivo da avaliação da Capes.

É certo que aqui se coloca a questão dos critérios empregados para a avaliação dos periódicos e dos livros. Os sistemas desenvolvidos pela área da Psicologia têm sido avaliados e colocados em debate⁴. Embora o seu aprimoramento seja um imperativo, parece inquestionável que eles têm trazido contribuições positivas para a área.

Temos a convicção de que estamos muito longe (ademais, tarefa que exorbita o alcance de qualquer comissão de área...) do “outro mundo acadêmico” que sugere Castro (2010), mas a nossa expectativa foi dar um

⁴ As avaliações de periódicos e livros foram alvo de atenção por parte das comissões de área (e.g., YAMAMOTO et al., 1999; YAMAMOTO et al., 2002; MENANDRO et al., no prelo).

passo nessa direção. Sintonizados com a necessidade de enfrentar essa questão, as comissões de assessoramento da área da Psicologia do CNPq também passaram a adotar limites de produção. O aprimoramento de procedimentos de monitoramento que sejam mais sensíveis à qualidade do conhecimento produzido e que sejam de aplicação viável, mecanismos de avaliação que não inviabilizem o surgimento de novos veículos e a sobrevivência de outros que não estão nos estratos superiores do sistema de avaliação são alguns dos desafios da política científica que enfrenta a sempre presente limitação dos recursos orçamentários para a área da ciência e tecnologia no Brasil.

Notas

ⁱ Na área da Psicologia, ambos os quesitos tiveram, na avaliação trienal de 2010, o mesmo peso, respondendo, cada um deles, por 35% da nota final. É importante assinalar, contudo, que o quesito “Corpo Discente, Teses e Dissertações” progressivamente passou a avaliar o quanto o discente e o egresso transformavam suas dissertações e teses em itens publicados em periódicos e/ou capítulos de livros.

ⁱⁱ A avaliação de outras formas de produção científica, como os livros, ainda não está plenamente estabelecida na Capes. Na área da Psicologia, desde o triênio 2004-2006, um sistema de classificação tem sido empregado, ainda em caráter experimental. Uma apresentação desse sistema pode ser encontrada em Tourinho e Bastos, 2010; e um tratamento mais pormenorizado, em Menandro et al., 2011.

Recebido em 26/4/2011
Aprovado em 01/09/2011

Referências bibliográficas

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (Orgs.). **Dilemas da pós-graduação**. Campinas: Autores Associados, 2009.

CASTRO, L. R. de. Privatização, especialização e individualização: um outro mundo (acadêmico) é possível? **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2011.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2005.

MACEDO, E.; SOUSA, C. P. A pesquisa em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 166-176; 201-202, abr. 2010.

MACEDO, L.; MENANDRO, P. R. M. Considerações sobre os indicadores de produção no processo de avaliação dos programas de pós-graduação em Psicologia. **Infocapes**, Brasília, v. 6, n. 3, p. 34-38, 1998.

MENANDRO, P. R. et al. Livros à mão cheia: o livro como veículo de produção acadêmica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 367-386, 2011.

NETTO, J. P. Entrevista. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2010.

ROCHA-E-SILVA, M. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. **Clinics**, v. 64, n. 1, p. 1-4, 2009.

TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. **Relatório de Avaliação 2007-2009** – Trienal 2010. 2010. Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/?page_id=1135>. Acesso em: 03 abr. 2011.

TRECHO entrevista Nelson Vaz. **Imanente Mente**, 09 maio 2006. Disponível em: <<http://imanentemente.blogspot.com.br/2006/05/trecho-entrevista-nelson-vaz.html>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

YAMAMOTO, O. H. et al. Periódicos científicos em Psicologia: uma proposta de avaliação. **Infocapes**, Brasília, n. 7, p. 5-11, 1999.

YAMAMOTO, O. H. et al. Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 163-177, maio/ago. 2002.